

CADERNOS DE GEOGRAFIA

INSTITUTO DE ESTUDOS GEOGRÁFICOS
FACULDADE DE LETRAS • UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA 1998 N.º 17

HOMENAGEM AO DOUTOR J. M. PEREIRA DE OLIVEIRA



O ESTÁDIO DE MAIO

O espaço comum de duas datas antagónicas ou, como um equipamento colectivo do *Estado Novo* constitui património cultural nos nossos dias.

Miguel Melo Bandeira*

Justamente quando fomos solicitados para fundamentar a candidatura do *Estádio 1º de Maio*, em Braga, à classificação como imóvel de valor patrimonial, dirigida ao IPPAR-Ministério da Cultura¹, tivemos o grato convite para nos associarmos à elevada iniciativa do Instituto de Estudos Geográficos de dedicar um número dos *Cadernos de Geografia* à figura e à obra do Professor J. M. Pereira de Oliveira. Motivo mais que apropriado e oportuno para testemunharmos entre nós a referência do Mestre e do Amigo.

Foi assim que, imbuídos desta feliz coincidência, entendemos partilhar algumas, ainda que breves reflexões sobre um assunto que, inscrevendo-se no domínio do *património cultural urbano*, foi apropriado pelas *manchetes* da ordem do dia.

Entre os recentes temas que cruzam o quotidiano de algumas das nossas cidades e que, inclusivé, obteve já foros de debate público, temos na questão da deslocalização e reconversão dos grandes estádios polidesportivos um tema multifacetado, que contém mais implicações do que aquelas que seriam inicialmente de supôr. Embora não seja nossa intenção escarpelizar os diversos contornos do problema, socorrer-nos-íamos do caso de Braga, sabendo contudo o risco de estarmos a considerar um exemplo particular para problematizarmos a classificação de um equipamento desportivo enquanto eventual testemunho da memória colectiva local e nacional.

O VALOR DA OPORTUNIDADE

A emergência dos mais recentes critérios que regem o desporto profissional, designadamente a diluição inexorável da “alta competição” no estrito domínio das lógicas financeiras, a transformação do sentido e da natureza dos espectáculos de massas competitivos, estreitamente associados à mediatização do fenómeno desportivo, à alteração dos hábitos tradicionais de consumo e de lazer dos adeptos dos

clubes e, em geral, a crescente complexidade do sector, implicarão breve e necessariamente, profundas transformações de concepção e a reconversão dos cenários onde hoje se desenvolve esta função. Entendemos que mais do que os aspectos ligados ao conforto dos espectadores e ao assédio proporcionado pela oferta de uma multidiversidade de serviços complementares ao espectáculo, a presente realidade não assenta em explicações inteiramente lineares, já que bem perto daqui, por exemplo em Espanha, os estádios parecem limitados para satisfazer a procura de quem os demanda, enquanto entre nós, longe vão os dias em que as lotações esgotadas não surpreendiam ninguém. Contudo esta é uma outra questão que não cabe aqui abordarmos.

Em Portugal a grandiosidade dos estádios que durante tantos anos adornou o orgulho cívico dos cidadãos e que, ainda hoje, perfigura a elementar referência identitária dos respectivos aficionados, não está definitivamente incólume à avidez dos poderosos interesses que gravitam em seu redor. Veja-se só, a título de exemplo, os efeitos descaracterizadores da publicidade nas mais diversas facetas do espectáculo. Dir-se-ia que a publicidade enquanto expressão original de suporte, primitivamente secundária face ao objecto desportivo em si, tem vindo paulatinamente a se afirmar como um dos protagonistas do próprio espectáculo.

No caso concreto da cidade de Braga, embora não seja conhecida, até ao momento qualquer intenção comparável àquela que tem ameaçado a memória dos recintos congêneres da capital, a circunstância convida-nos a reflectir e a sugerir algumas medidas cautelares capazes de questionar o valor patrimonial deste tipo de equipamentos urbanos. A este propósito, Pereira de Oliveira considera dois tipos de valor, conceptualmente interdependentes, pelos quais se podem iniciar as necessárias reflexões conducentes à avaliação dos objectos-alvo:

“o *valor imaterial* espécie de mais-valia anímica, incorporada, cuja natureza é complexa e, por isso mesmo, não depende só do trabalho mas também, e especialmente, do seu significado humanístico; e o *valor material*, sujeito à incidência das regras do mercado que dá uma dimensão mais restrita aos objectos em causa e que se liga muito mais a um conceito restrito de posse privada (de uma pessoa, de uma família, de uma sociedade financeira, etc, mesmo até do estado)” (OLIVEIRA, 1996).

* Instituto de Ciências Sociais. Universidade do Minho.

¹ Processo N°98/3-15 (3) – IPPAR-Direcção Regional do Porto – solicitado nos termos da Lei do *Património Cultural Português* constantes do Diário da República de 6 de Julho de 1985.

Neste prisma, será de questionar se o *Estádio 1º de Maio* pode ser ou não considerado um *padrão histórico-cultural* e, em caso afirmativo, se deverá ser equacionado como *garantia de uma identidade* colectiva capaz de extravasar o âmbito local.

IDENTIFICAÇÃO DE UM VALOR

Localizado na Freguesia de S. Lázaro, no interior do Parque de S. João da Ponte, o *Estádio 1º de Maio* constitui, no domínio das obras públicas e dos equipamentos colectivos civis, uma das edificações de maior carga monumental, construída no decorrer do século XX em Braga.



A sua importância não pode ser só aferida em função da dimensão e da tipologia próprias de um imóvel desta natureza, mas também deve ser considerada como testemunho histórico do contexto em que foi erigido. Particularmente no que toca ao simbolismo de que se reveste, o seu significado torna-se fundamental para compreensão de uma época e, sobretudo ainda pelo valor estético e arquitectónico que encerra, assume-se como uma inquestionável referência colectiva. Pode-se afirmar, sem qualquer reserva, que o *Estádio 1º de Maio* é, no domínio da arquitectura portuguesa então produzida, um dos seus exemplos modelares e, no caso particular da arquitectura desportiva, um dos projectos nacionais, desde sempre, mais expressivos no seu género.

Por outro lado, a inércia da própria construção em si – integralmente revestida a granito – e o genuíno carácter referencial do estádio, já de si vigorosas condicionantes à sua manutenção, oneram e limitam, mais do que nos casos análogos, as intervenções de conservação e o aproveitamento relacionados com os fins que actualmente lhe são destinados. A ideia original da sua concepção, em erguer um *Estádio Regional*, readquire uma nova actualidade se ajuizarmos que a manutenção e a potenciação de um recinto com estas características impõe naturalmente a congregação de empenhos mais amplos que a tutela exclusiva de uma autarquia.

Por fim, considerando ainda esta pretensão pelo critério utilitário do campo de futebol, o *Estádio 1º de Maio* é

um local da memória colectiva dos bracarenses. A ele estão associados os factos mais significativos da história desportiva do concelho e da região e aí se comungaram raros momentos da identidade comum da cidade. Neste sentido, é inegável que uma faceta do actual património afectivo dos bracarenses apenas faça sentido se associado ao Estádio de Maio.

O VALOR HISTÓRICO/CULTURAL

O imóvel em causa foi originalmente baptizado de Estádio 28 de Maio, tendo esta denominação sido substituída, no ano de 1974, pela que actualmente ostenta.



Assim rezavam as letras de bronze incrustadas na base da torre da maratona e que entretanto foram retiradas:

“Este monumento consagra a revolução nacional desencadeada pelo exército na cidade Braga em XXVIII+V+MCMXXVI, triunfante sem luta, gloriosa sem sangue porque na verdade a voz de comando foi apenas a expressão militar duma ordem irresistível da nação”.

Trata-se de um empreendimento com inequívocas referências simbólicas e ideológicas de cujas finalidades sobressai o enaltecimento do regime político que o produziu. Com efeito, a data da inauguração e o local não foram escolhidos arbitrariamente pelo governo de então. Ao decidir levantar o estádio pretendeu-se comemorar a *revolução nacional* de 1926 e assim gratificar a cidade onde o movimento teve a sua génese². Estas são certamente as principais razões pelas quais se compreende o manifesto halo de monumentalidade que o envolve e o elevado empenho que, na altura, a administração votou ao projecto.

² “O Governo da Nação portuguesa concedeu à Câmara Municipal de Braga um subsídio de 8 milhões de escudos para a construção, naquela cidade, de um estádio regional, a que se atribuirá a denominação “Estádio 28 de Maio”, a fim de ficar assinalado, no seu bêrço, o movimento que instituiu o actual sistema político da Nação.

Com esta obra, que irá ao encontro de uma das maiores aspirações da população da cidade de Braga, pretende-se comemorar o XX aniversário da Revolução Nacional”. in Decreto-Lei N° 34930 de 20-9-1945.

Pese o facto de se tratar de uma obra com um passado próximo e quiçá, despertar ainda emoções ou juízos de valor tendentes a condenar ou a enaltecer a época que o produziu, o *Estádio 1º de Maio* é um testemunho expressivo da História e um elemento de leitura imprescindível à reconstituição da nossa memória mais recente.

Mais do que um marco físico do *Estado Novo*, o estádio é uma obra de engenharia e arquitectura de grande dignidade. Em termos comparativos, trata-se de um projecto comparável ao que, no panorama da *arquitectura oficial*, temos por exemplar, aliás com evidentes e declaradas semelhanças com o matricial *Estádio Nacional* do Jamor. Contudo, antes que fosse concebido o seu projecto, o estádio era uma ideia acalentada pela população de Braga e da região. Nas imediações do lugar em que veio a ser erguido existia já um recinto (actual campo de treinos) onde se praticava o futebol desde o ano de 1914³ e de cujo significado se pode associar a introdução desta modalidade desportiva nos hábitos públicos dos bracarenses. O local concentrava grande número de adeptos (há notícia de um desafio ter reunido 4 000 espectadores em 1943). As instalações não eram as mais adequadas para o tipo de eventos praticados, até porque o campo de jogos estava inte-

³ Livro de Actas da Comissão Administrativa (1914-1915), *folios*, 38, 38v, 51 e 54.

grado, tal como ainda hoje o está, na luxuriante mata do Parque de S. João da Ponte. Urgia construir um recinto apropriado para o que foi criada no ano de 1944, sob os auspícios do então Presidente da Câmara F. Araújo Malheiro, uma *Comissão Municipal para a Construção do Estádio Municipal*⁴. Por sua iniciativa, em sessão de 16 de Novembro do mesmo ano, ficou aprovada a abertura de um concurso destinado a arquitectos portugueses para a elaboração de um ante-projecto do estádio municipal.

A ideia do estádio não era assim tão abstracta, dado que a comissão constituída para o efeito, no seu relatório de 7-2-1945, além de tecer referências ao Jamor, clamava já por um recinto com a envergadura daquele que tinha sido pouco antes proposto, no *Anteprojecto do Plano de Urbanização da cidade de Braga* de 1945, pelo urbanista polaco de origem russa, Etienne De Groër, e que se previa localizar na quinta de Prados ao Fajacal⁵. Porém, a dimensão do projecto não auspiciava grandes optimismos, como nos ilustra um exerto do referido relatório:

“Às gerações vindouras ficará reservada a missão de erguer mais alto ainda o facho olímpico construindo um dia em épocas mais felizes e em tempos mais prósperos, o Estádio Provincial, como o concebeu o urbanista De Groër”⁶.

Argumentava-se que as expropriações no lugar planeado onerariam ainda mais os já previsíveis volumosos encargos da construção.

A opção por construir o novo estádio no *Parque da Ponte*, – proposta que, de todo, não contrariava as recomendações do urbanista – e o empenho da Câmara em solicitar apoio ao governo, foram suficientemente persuasivos para que, num espaço de pouco mais de sete meses, o governo concedesse à Câmara Municipal de Braga um subsídio de oito milhões de escudos para a construção de um *Estádio Regional*⁷, dando aos bracarenses a feliz notícia que originou inclusivé uma manifestação pública de gozijo.

Em 12 de Fevereiro de 1946, o então Presidente Francisco Machado Owen, estando acompanhado pelo vereador António Maria Santos da Cunha, (um dos principais entusiastas da iniciativa e Presidente à data da inauguração) celebra o contrato entre a Câmara e o autor do projecto, o Engenheiro Travassos Valdez. Ainda nesse mesmo ano, no mês de Novembro, é adjudicada a primeira fase dos trabalhos (terrapleno, drenagens, etc) ao constructor Francisco Azevedo Campos, os quais viriam a implicar vigorosas alterações à topografia do local.

Inicialmente pensado para 28 000 assistentes, o estádio previsto para comemorar o XX aniversário da *revolução nacional*, acabaria finalmente por ser inaugurado no XXVI

aniversário do referido evento, em 28 de Maio de 1950, com uma capacidade de 35 000 espectadores.

O VALOR ESTÉTICO

“É segundo uma perspectiva não meramente formal do património urbano que, sem dúvida, de deve procurar fazer luz” (OLIVEIRA, 1996).

O *Estádio 1º de Maio* é todo um conjunto patrimonial que se caracteriza não só pelo estádio em *stricto sensu*, mas também pela composição que este estabelece com os demais arruamentos ordenadores do complexo desportivo e da envolvente em anfiteatro onde se encaixa.

Emoldurado a nascente pela elevação do Picoto (296 mts de alt.), o recinto absorve e projecta todo um leque de perspectivas que simultâneamente o integram no local e, ao mesmo tempo, permitem que desponte com a harmonia natural de um estádio greco-latino.

Por outro lado quem assomar à *porta da maratona* de certo se surpreenderá com o espectáculo de grandiosidade e equilíbrio que se oferece. Desde o ritmo das suas bancadas, imprimido pelo padrão marcante do granito, ora recortadas pela silhueta verde da mata circundante, ora interrompidas pela *colina sagrada* do Picoto, passando pela magestática tribuna e, ainda, a não menos triunfal, embora austera, porta torreada da maratona, até ao panorama de *cidade aos pés*, disfrutado dos seus lugares, todo o local transpira a celebração da *pólis*. Mesmo quando se acha deserto, e apesar do silêncio esmagador que miniaturiza ainda mais o observador, os jogos de luz e sombra que tecem as suas bancadas não deixam de estimular plasticamente quem o visita.

A trilogia combinada entre o cinza do granito, o verde da vegetação e o azul do céu, modelados sob uma clara e forte intencionalidade arquitectónica, evocam-nos ainda toda uma ambiência que nos relega aos tempos das antigas civilizações clássicas. Como se tal não bastasse, que dizer do equívoco ou da ousadia profana, em exaltar o classicismo imperial, bem junto à base da *torre da maratona*, com a ostentação de um bloco de mármore trabalhado, trazido expressamente do *Coliseu de Roma*!

No plano artístico, o destaque recai nos elementos escultóricos que adornam o estádio, atribuídos ao Mestre Barata Feyo, designadamente os dois baixos relevos em bronze da entrada – a nascente o tema alusivo à *Revolução Nacional*, e a poente o trabalho dedicado à Educação Física. No dizer do especialista, pese o inquestionável mérito do seu autor, não estaremos em presença de uma *obra-prima*, contudo são intervenções de forte presença que acentuam o valor estético do local.

Finalmente, no domínio das *artes decorativas*, merecem igualmente ser relevados, os cuidados empregues nos motivos que embelezam os diversos apontamentos do conjunto, particularmente os desenhos dos gradeamentos em ferro e o friso em folhagens de carvalho esculpido em pedra na porta da tribuna.

⁴ A Comissão era constituída por: Jaime Carvalho de Lemos, Teotónio Andrade dos Santos, Luiz Carlos da Cruz e Silva, José Antunes Guimarães, Álvaro dos Santos Ferreira e Augusto Martins.

⁵ Na margem direita do Rio Este, a Sul do centro histórico urbano

⁶ Livro de Actas da CMB (1944-1945), fol.199 de 8-2-1944.

⁷ Decreto-Lei N.º 34930 de 20-9-1945.

AMPLIAÇÃO DE UM VALOR

É de todo pacífico que não chegam as medidas de protecção *per se* para garantir a preservação e a continuidade daquilo que, no essencial, identifica e dá vida ao espaço em causa, já que “não é possível hoje compreender uma realidade susceptível de uma classificação com tantas implicações culturais, políticas, sociológicas e económicas, que não considere, agora sim, no âmbito das realidades vivenciais contemporâneas da própria intervenção, aquilo que se pode chamar ambientes urbanos, ao fim e ao cabo, as paisagens urbanas vivas (...) onde o equilíbrio do todo como espaço vivido deve ser entrevisto também numa perspectiva de adaptação conservada entre o peso dos valores histórico-culturais que nele se inscrevem e a qualidade de vida dos actuais urbanitas” (OLIVEIRA, 1996).

É no espírito desta leitura que a pretensão da classificação do imóvel, mais do que um mero formalismo defensivo, pode constituir o catalizador cívico conducente à mobilização das consciências e das boas-vontades. Além da reabilitação dos valores materiais e imateriais do objecto-alvo, há que associar ao processo uma estratégia afirmativa que passe pela qualificação integrada do conjunto. Numa cidade em que escasseiam os espaços verdes, o potenciar do perímetro de protecção impõe a formulação de objectivos ousados, desejavelmente articuláveis com as acções insertas no *Plano Estratégico de Desenvolvimento da Cidade*, e que deverão dar continuidade à eventual obtenção do estatuto pretendido.

Entre estas acções destaquem-se:

– A efectiva articulação/integração do estádio no conjunto do Parque de S. João da Ponte, com os diversos equipamentos aí existentes;

– A transferência da actividade futebolística permanente e exclusiva do *Sporting Clube de Braga* do recinto, num processo que deverá ser acompanhado, como aliás já foi anunciado pela edilidade, com a construção de um novo estádio mais e melhor adaptado às novas exigências e tendências do espectáculo futebolístico actual;

– A realização de desafios de futebol de âmbito extralocal, recuperando a imagem de *Estádio Regional* que fez parte dos primeiros formulários do projecto;

– A diversificação das actividades a desenvolver no estádio, com a valorização da prática de outros desportos e realizações como concertos, festivais, acções educativas e juvenis ao ar livre e outros grandes espectáculos;

– A ampliação do acesso ao maior número possível de pessoas que desejem utilizar as instalações para os fins da prática desportiva.

Cumpridos estes objectivos estamos certos que o *Estádio 1º de Maio* libertar-se-á definitivamente das imagens contextuais que a própria história cria, para assumir o seu verdadeiro papel na memória viva e na reidentificação funcional para o qual foi criado, constituindo assim, uma ponte de continuidade entre as diversas gerações.

BIBLIOGRAFIA

- AUGUSTIN, J.-P. e GUICHARD, F. (1993) – “Le Football dans la region de Porto: enjeux sociaux et politiques”. Actas das III Jornadas de Est. Norte de Portugal-Aquitânia – CENPA – *O Poder Regional: Mitos e Realidades*. Porto, 22 a 26 Março de 1993, pp. 305-322.
- COSTA, Luis (1995-1997) – “Estádio Municipal – os primórdios da sua instalação. *Correio do Minho*, Braga, Jan e Fev de 1966 e Abril de 1995 e 1997.
- GASPAR, Jorge e HONÓRIO, Fernando – “Transformações recentes na Geografia do Futebol em Portugal”. *Finisterra*, XVII, 1982, Lisboa, pp. 301-324.
- GAMA, António (1998) – “Notas para uma Geografia do Tempo Livre”, *Cadernos de Geografia*, nº 7, Coimbra, pp. 203-217.
- OLIVEIRA, J. M. Pereira de (1996) – *Cidade e Património*. Texto da Conferência/Lição apresentada ao Mestrado em Geografia da FLUP, Porto, 8-1-1996.
- JACINTO, Rui e MALTA, Paula (1993) – “Desporto, Sociedade e Território – O Futebol na Região Centro”. *Cadernos de Geografia*, nº 12, Coimbra, pp. 41-60.

Fontes

- Correio do Minho*
Livros de Actas da Câmara Municipal de Braga, Arquivo Histórico da CMB
Arquivo das Obras Urbanas, Arquivo Histórico da CMB

ANEXO

FICHA TÉCNICA

Imóvel objecto da proposta de classificação: Estádio 1º de Maio em Braga

Identificação e localização:

O imóvel em causa consubstancia-se no complexo desportivo designado por *Estádio Municipal 1º de Maio, ex-Estádio 28 de Maio*, localizado no Parque de S. João da Ponte, entre o Rio Este e a EN nº 101 (troço Braga-Guimarães), à saída da cidade de Braga, na freguesia de S. Lázaro, Concelho e Distrito de Braga.

Localização absoluta do imóvel a preservar:

- Coordenadas Militares Portuguesas: W 76000 07750
- Coordenadas terrestres: 41° 32' N — 0° 43' W
- altitude: situado entre as cotas dos 180 e 190 mts de alt.
- arquitecto: João Simões
- engenheiro: Manuel Travassos Valdez
- constructor: Francisco Azevedo Campos & Filhos, Lda
- engenheiro agrónomo – arrelvamento: João Marques de Almeida
- equipamento colectivo: estádio polidesportivo

- tipologia arquitectónica: *arquitectura oficial do Estado Novo*
- escultura e artes decorativas: Barata Feyo
- proprietário: Câmara Municipal de Braga
- capacidade: 35 000 espectadores
- material dominante: granito
- ano do Projecto: 1946
- data da Inauguração: 28 de Maio de 1950

Autoridades presentes no evento: Marechal Óscar Fragoso Carmona (Presidente da República); Professor António Oliveira Salazar (Presidente do Conselho de Ministros); Américo D. R. Thomaz (Ministro da Marinha); Governadores Cívicos de Braga e do Porto; diversos Presidentes de Câmara e outras figuras do Estado.

Cerimónia inaugural – Desafios de futebol que envolveram o Sporting Clube de Braga, Futebol Clube do Porto, Sporting Clube de Portugal e Sport Lisboa e Benfica.